

MP investiga contrato de lixo hospitalar

A Serquip Tratamento de Resíduos MG, encarregada de coletar o lixo hospitalar, considerado de alta periculosidade, estaria operando sem licitação. Outra suposta irregularidade é o descumprimento de normas ambientais. A pedido da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, o Copam se reúne hoje para decidir se revê ou não a licença concedida à empreiteira. PÁGINA 2, POLÍTICA

mento de normas ambientais. A pedido da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, o Copam se reúne hoje para decidir se revê ou não a licença concedida à empreiteira. PÁGINA 2, POLÍTICA



Caminhão da Serquip deixa hospital do Ipsemg após coleta noturna

BELO HORIZONTE, QUINTA-FEIRA, 26/8/2010 HOJE EM DIA - politica@hojeemdia.com.br

2 Política

MP apura ilegalidade em lixo hospitalar

Empresa contratada teria operado sem licença ambiental, situação que será reavaliada hoje pelo Copam

AMÁLIA GOULART
REPÓRTER

ção em vigor, não podendo ser instalado em áreas residenciais", diz a resolução.

Além do local para a instalação, a Serquip enfrenta também outro processo de investigação por parte da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público. Desta vez, o alvo são os contratos com a administração pública. A reportagem teve acesso às licenças conseguidas pela empresa junto aos órgãos ambientais. Os laudos mostram que a empresa pode ter operado por 10 meses em Belo Horizonte sem autorização do setor. Neste período é uma incógnita o destino de todo o lixo hospitalar. A empresa alega que toneladas de sangue contaminado, material perfurocortante e outros elementos que constituem o lixo perigoso, de classe A, B e E, foram recolhidos e levados para Santa Luzia.

O Ministério Público Estadual investiga, em duas frentes, denúncias de irregularidades em contratos e na prestação de serviços firmados entre a empresa Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda. com unidades da rede estadual hospitalar com o objetivo de tratar o lixo perigoso. Existem suspeitas de que a empresa operou 10 meses sem licença ambiental para atuar na capital e região metropolitana. A autorização, quando concedida, não teria cumprido as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente, além de outras irregularidades como a falta de licitação para a contratação do serviço. Mesmo assim, os contratos com a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) e o Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais (Ipsemg) foram mantidos.

O promotor de Defesa do Meio Ambiente e das Sub-bacias do Rio das Velhas e Parapeba, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, acionou o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) para rever a licença atual da Serquip-MG. Hoje, a empresa incinera todo o lixo hospitalar em uma unidade em Santa Luzia, na Região Metropolitana de BH. O Copam se reúne, hoje, para deliberar sobre o assunto. O entendimento é o de que a empresa está situada em área residencial, quando o artigo 9º da resolução 316/02 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) permite a operação apenas em regiões industriais. "A instalação de sistemas de tratamento térmico de resíduos industriais deve atender à legis-

Os laudos mostram que ela pode ter operado por 10 meses em BH sem autorização do setor

Mas à época, a Serquip-MG operava no Bairro Camargos, em Belo Horizonte. Os contratos da empresa indicavam que a incineração do lixo hospitalar era realizada na unidade. Como trata-se de uma área residencial, após inúmeras manifestações da população, o Tribunal de Justi-

MAURICIO DE SOUZA



Funcionário da Serquip barra acesso da reportagem ao local onde o lixo hospitalar é despejado em Santa Luzia (Grande BH)

ça de Minas Gerais, por meio de liminar, suspendeu a licença ambiental concedida pelo município no dia 17 de julho de 2009. "Depois da decisão que conseguimos, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte não prorrogou a licença. Vários moradores estavam sofrendo com doenças, inclusive com câncer. Além do lixo biológico contaminado, a empresa também incinera resíduo industrial. O problema é a dioxina, que resulta da queima do plástico", contou a procuradora do município de Belo Horizonte, Delze dos Santos Laureano, responsável pelo pro-

cesso junto ao Tribunal de Justiça. Hoje, os moradores estão Justiça contra a empresa para serem indenizados.

Denilson Martins mora a 20 metros da Serquip e está à frente de um movimento de moradores que tenta suspender a licença da empresa. "A empresa está irregular. É um risco para a saúde de todos que moram aqui. Alguma coisa tem que ser feita", protestou.

O problema é que a Serquip-MG só conseguiu nova licença ambiental no dia 31 de maio deste ano para operar uma unidade em Santa Luzia. A empresa tem outro gal-

pão, em Montes Claros, localizada a 487 quilômetros da capital mineira. A licença da cidade começou a entrar em vigor no dia 15 de setembro de 2009, dois meses depois de suspensa a de Belo Horizonte. No mês passado, a prefeitura descobriu que a Serquip-MG tinha enviado um caminhão de lixo hospitalar do Instituto Nacional do Câncer, do Rio de Janeiro, para o município do Norte de Minas. A administração ameaçou romper o contrato e foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público. O diretor da Serquip-MG, Francesco Scarfone, che-

gou a dizer que se tratava de uma única carga transportada para Montes Claros.

Ontem, outro diretor da empresa, Gilson Vilela, disse que o lixo hospitalar da capital mineira recolhido depois que a licença foi suspensa no Bairro Camargos foi depositado em Santa Luzia. "O lixo" Foi levado para Santa Luzia", afirmou. Quando informado que a reportagem possui cópia da licença ambiental concedida pelo Estado que previa início das operações somente em maio deste ano, o diretor disse que tinha outro tipo de autorização e criticou os interesses políticos em torno do assunto.